

Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo

Memória da criação das escolas que vieram a integrar a UNESP

ANNA MARIA MARTINEZ CORRÊA*

Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foi a denominação dada às escolas de ensino superior público, criadas a partir de meados do século XX, que não estavam ligadas a nenhuma universidade. Foram os seguintes:

- Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu
- Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto
- Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal
- Faculdade de Música Maestro Julião

Os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (liesesps) receberam essa denominação pelo fato de, no início, não pertencerem a uma universidade. No ato de criação deles havia uma vaga expectativa de integração à Universidade de São Paulo, o que provocou forte resistência daquela universidade. Nem todos os liesesps, no entanto, criados nessa época, integrariam

a Unesp. As faculdades de Farmácia e Odontologia e a de Filosofia de Ribeirão Preto foram incorporadas à USP ao passo que a de Odontologia de Piracicaba, à Unicamp. Além disso, a UNESP dispõe hoje de faculdades que não passaram pela forma de Instituto Isolado, tendo sido criadas no momento de instituição da universidade ou incorporadas a ela posteriormente.

A forma individualizada de faculdade permitiu aos Institutos uma variedade de organização, tanto no que se refere às questões acadêmicas quanto às administrativas, que ainda pesam na configuração geral da UNESP e em seu funcionamento. O modo centralizado de sua administração não esconde sua fragmentação, marca de suas origens.

A criação dos Institutos Isolados como instituições de ensino superior público

As catorze unidades que integrariam a UNESP, em 1976, representaram apenas uma parte das muitas reivindicações das cidades do interior aos poderes públicos, para a criação de faculdades

* Professora-adjunta aposentada. Coordenadora do Centro de Documentação e Memória (Cedem) da UNESP.

Corpo Docente e Técnico Administrativo dos institutos Isolados – 1975

Institutos	Docentes	Funcionários	Total
FFCL Araraquara	110	80	190
FFCL Assis	109	70	179
FFCL Franca	73	55	128
FFCL Marília	91	70	161
FFCL Pres. Prudente	68	68	136
FFCL Rio Claro	117	131	248
FFCL S.J. do Rio Preto	84	81	165
FO Araçatuba	84	90	174
FFO Araraquara	114	109	223
FO S.J. dos Campos	75	76	151
FE Guaratinguetá	62	77	139
FCMB Botucatu	312	1021	1333
FMVA Jaboticabal	127	219	346
TOTAL	1.426	2.147	3.573

Fonte: Cesesp, *Institutos Isolados do Ensino Superior. Diagnóstico e Sugestões*, 1975, p.7.

Corpo Discente e Número de Cursos dos Institutos Isolados – 1975

Institutos	Número de alunos	Número de cursos
FFCL Araraquara	1.296	07
FFCL Assis	1.015	05
FFCL Franca	588	05
FFCL Marília	1.132	06
FFCL Pres. Prudente	844	06
FFCL Rio Claro	1.231	08
FFCL S.J. Rio Preto	1.038	05
FO Araçatuba	331	01
FFO Araraquara	690	02
FO S.J. dos Campos	273	01
FE Guaratinguetá	294	01
FCMB Botucatu	1.087	04
FMVA Jaboticabal	938	03
Total	10.757	54

Fonte: Cesesp, *Institutos Isolados do Ensino Superior. Diagnóstico e Sugestões*, 1975, p.8-11.

em seus municípios. Muitas dessas solicitações chegaram a ser aprovadas, transformando-se em leis que não foram implantadas.

Na busca das razões da criação dessas escolas, no período de 1955 a 1965, deparamos com várias explicações. Poderia ser chamada, como argumentação, a par da existência de uma clientela aspirando por ela, a importância do município, sua capacidade em colaborar com o governo do estado na ministração do ensino público superior ou mesmo a força da reivindicação de uma população em condições de realizar pressão desse tipo. Contudo, ao analisar mais atentamente as justificativas apresentadas, verifica-se que eram constituídas por argumentos nem sempre muito convincentes.

Para melhor compreensão desse processo é preciso identificar primeiro os locais de solicitação, e ainda a discussão, a argumentação, a definição e a decisão final para a criação das escolas. Estamos falando em reivindicações, aspirações, desejos de uma sociedade recém-saída de períodos sombrios, como o da Segunda Guerra Mundial e o de uma ditadura que terminava em 1945. Ao ser retomado o processo democrático, organizaram-se novos partidos, promoveram-se eleições, o poder representativo foi restabelecido, a população retornou às urnas. Abriu-se a possibilidade de manifestação daqueles desejos.

Condições de Funcionamento dos Institutos Isolados – 1975

Faculdades	Total da área construída (m²)	Biblioteca nº de volumes	Planos de Pesquisa em Desenvolvimento (31/6/1975)
FFCL Araraquara	5.811,00	34.620	136
FFCL Assis	10.420,00	35.603	84
FFCL Franca	10.876,00	15.671	54
FFCL Marília	8.612,00	40.103	64
FFCL Pres. Prudente	6.668,48	23.240	55
FFCL Rio Claro	6.253,00	35.672	254
FFCL S.J. do Rio Preto	9.869,00	40.890	172
FO Araçatuba	9.337,00	2.212	149
FFO Araraquara	19.755,00	11.653	167
FO S.J. dos Campos	11.554,00	2.251	32
FE Guaratinguetá	8.405,00	3.260	23
FCMB Botucatu	54.527,00	6.000	-
FMVA Jaboticabal	10.836,00	8.494	181

Fonte: Cesesp, *Institutos Isolados do Ensino Superior. Diagnóstico e Sugestões*, 1975, p.12.

Foi elaborada nova Constituição Federal e novas Constituições Estaduais. Os textos constitucionais sugeriam os caminhos para um outro tempo. Desde a instalação da Assembléia Constituinte Estadual de São Paulo, a expansão do ensino superior público fora levantada. Para as populações que aspiravam por escolas superiores públicas, seria o momento de fazer valer sua vontade.

A Assembléia Legislativa Estadual de São Paulo, em decorrência das inovações contidas na Constituição de 1946, colocaria na ordem do dia a expansão do ensino público e gratuito. Essa abertura propiciou o surgimento de numerosos pedidos de criação de

escolas de nível superior no interior paulista. Discorrendo sobre esse tema, o prof. Paulo Ernesto Tolle, do Conselho Estadual de Educação (CEE), demonstrou acatar as aspirações das populações do interior:

Não se pode atribuir apenas ao orgulho municipal, ou à rivalidade entre cidades vizinhas, esse afã pela criação da escola superior. Justo é o orgulho, e deve ser cultivado como fonte pura de civismo. Sádica é a rivalidade, que há de levar, através da emulação, ao continuado progresso. Mas não é só isso que dá impulso ao movimento pró-Faculdade ou pró-Universidade. É aquela quase instintiva compreensão, que tem o nosso

povo, dos direitos fundamentais de uma democracia: a igualdade de todo cidadão é uma farsa, uma burla bachaleresca, quando não há igualdade de oportunidade – e qual oportunidade de carreira universitária têm os moços de um município longínquo, se a Faculdade mais próxima não pode ser por ele ser freqüentada porque aquela “proximidade” relativa se traduz em 4 ou 5 horas de viagem? Mas ainda não é só isso que justifica a reivindicação do Interior. É também a constatação de que, de sua mocidade inconformada com a injustiça, grande parte rompe o cerco da rotina, e à custa de mil sacrifícios emigra para a Capital – e assim se desfalca, o município, de muitos dos jovens que representavam importante parcela de sua esperança de um futuro melhor. Esvazia-se o interior, superlota-se a Capital; drena-se do interior uma parte de sua força de desenvolvimento e de progresso e, ao mesmo tempo, agrava-se o problema do gigantismo da Capital.¹

A criação de escolas de nível superior no estado de São Paulo como ato político

A Assembléia Legislativa Estadual foi um fórum para a discussão, a indicação e a criação dessas escolas. O acompanhamento dessas discussões é revelador das expectativas quanto a esse tema. Pode-se observar assim que, para os deputados cujas bases eleitorais estavam no interior do estado, a

criação de escolas era um dado sugestivo que compunha o elenco de suas propostas de ação política de caráter eleitoral.

Uma forma de entender a criação dessas escolas estaria no acompanhamento da ação desses deputados. Ela dependia do prestígio de que pudessem dispor em suas bases, na Assembléia e no Poder Executivo. No entanto, mesmo assim, nem sempre essa ação teve coerência a ponto de explicar o desenvolvimento de um processo fundamentado em critérios precisos. Um mesmo deputado tinha, muitas vezes, bases eleitorais em municípios diferentes, havendo solicitações simultâneas na disputa para a criação de faculdades. Um mesmo pedido poderia interessar a mais de um deputado.

A ação da comunidade local tinha a função de sugerir aos políticos as metas a alcançar, indicando as aspirações coletivas. Além disso, podia atuar igualmente como pressão em momentos estratégicos. Ela foi responsável pela moldagem de uma relação – destinada a durar e a incentivar o exercício de uma ação vigilante – entre os autores do movimento reivindicatório e a instituição criada. As chamadas “forças vivas locais” desempenharam importante papel.

Em meados da década de 1950, eram esses os deputados que, entre outros, contavam com o apoio de suas bases no

interior e tiveram ação importante na criação dos IIESPs: Aloísio Nunes Ferreira, André Broca Filho, Anacleto Barbosa, Cunha Bueno, Francisco Franco, Jacob P. Carolo, José Santilli Sobrinho, Mário Porto, Maurício dos Santos, Miguel Petrilli, Onofre Sebastião Gousen, Plácido Rocha, Raul Schwinden, Roberto de Abreu Sodré, Scalamandrê Sobrinho, Silvio Pereira, Ulysses Guimarães, Vicente Botta, Wilson Souza Dias e Zolner Machado. Alguns procediam de uma tradição política já consolidada, contando com um eleitorado diversificado, enquanto outros eram produto da política municipal, voltada para interesses locais.

A atuação de tais políticos ficava na dependência daquelas solicitações, das composições político-partidárias e do apoio dado pelas comunidades locais onde as autoridades municipais desempenharam importante papel. Para que houvesse a aprovação, pela Assembléia, da criação de faculdades, o projeto passava primeiro pela avaliação de várias comissões. No caso específico da criação de escolas, o projeto era submetido, entre outras, à Comissão de Educação e Cultura. Para isso, a Comissão, necessitando de informações técnicas, com frequência solicitava um parecer de mérito, a ser dado por pessoal competente. Naquele momento, em São Paulo, quem poderia opinar sobre o ensino público superior eram os docentes da USP. Algumas vezes, o

parecer poderia ser emitido pelo profissional daquela universidade indicado pela Comissão. Esse parecer, dirigido à Assembléia, algumas vezes era tornado público por meio de publicação no *Diário Oficial*. Em alguns casos, antes de ser encaminhado à Assembléia o parecer poderia ser levado pelo consultor ao Conselho Universitário da USP. Isso deu origem a uma grande discussão acerca da criação de instituições públicas de ensino superior público no interior, tema que gerou polêmica e teve duração prolongada. Essas discussões no Conselho Universitário da USP demonstrariam a maneira pela qual aquela universidade concebia a criação dessas escolas. As opiniões, registradas em numerosos pareceres, acompanharam os processos de sua criação.

Além disso, havia a manifestação do Poder Executivo que, desde 1947, se mostrara favorável à ampliação das escolas superiores. A expansão das escolas secundárias fizera aparecer a necessidade de formação de profissionais encarregados de ministrar o ensino de várias disciplinas nas novas escolas do interior, o que exigia a criação de faculdades de filosofia. Considere-se ainda o fato de o crescimento do número de candidatos às escolas de medicina, de ciências exatas, de odontologia e farmácia agravar o quadro de escassez de vagas oferecidas pela USP, criando o problema do aluno excedente. Em um clima geral

de democratização do ensino superior, o tema “excedente” passou a integrar, com certa frequência, as reivindicações estudantis. Para a USP não havia, no momento, condições de atendimento rápido a essa procura.

Outra força desencadeada em benefício da abertura de escolas superiores foi representada pelos estudantes em vias de terminar o curso secundário. Algumas cidades do interior paulista contavam, já em meados da década de 1950, com bom número de escolas secundárias e técnicas, que atendiam não só a comunidade local como também a regional. Esses estudantes, reunidos em torno de suas associações representativas, passaram a reivindicar a criação de faculdades em manifestações de rua e em publicações nos jornais locais.

A ação do Poder Executivo

Desde o final da década de 1940, passou a haver o interesse do estado em difundir o ensino superior público. Em suas campanhas eleitorais certos candidatos ao governo efeturaram promessas de criação de faculdades no interior.

Durante o governo de Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), pela Lei nº 1.390, de 20/12/1951, foi proposta a estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, instituição particular criada em 27 de fevereiro de 1923, que contava com certo apoio da

município. A efetivação da medida encontrou forte resistência do governador. Se, como governador, Garcez era assediado pelos interessados naquela estadualização, como professor da USP conservava a opinião da universidade, contrária à expansão do ensino superior público no interior do estado.

No governo de Jânio Quadros (1955-1959), muitos dos obstáculos para a criação de escolas superiores foram removidos. A aceitação do governo fez-se mediante a fixação de princípios como o de que essas escolas deveriam ser de alto nível e fundar-se em linhas renovadoras. Era preciso que elas representassem para os municípios a ação de agentes culturais capazes de proceder a transformações de largas proporções.

Durante esse período foram criadas as seguintes escolas:

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara – nº 3.842 de 16/4/1957;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis – nº 3.826 de 6/2/1957;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília – nº 3.781 de 25/1/1957;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro – nº 3.895 de 7/6/1957;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto – nº 3.844 de 10/5/1957; e

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente – nº 4.131 de 17/9/1957.

Também foi efetivada a estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, a 22 de janeiro de 1955 quando foi instalada oficialmente.

Para o governador Carvalho Pinto (1959-1963) havia a necessidade de se realizar o desejado planejamento, reiteradamente solicitado pelo Conselho Universitário da USP, na criação de novas escolas. A orientação do governo relacionava-se ao planejamento de toda a administração, não apenas às questões relacionadas com o ensino. Seu projeto de governo estava marcado pela intenção explícita de racionalização. Segundo a maneira de pensar própria de seu tempo, Carvalho Pinto procurou fundamentar seu governo em uma ação planejada, resultante de pesquisas e de estudos, apoiados em dados informativos e com bases científicas. A idéia era atuar de maneira a superar o “subdesenvolvimento”. Para isso seria preciso organizar uma ação unificada. Carvalho Pinto cercou-se de técnicos e, levando-se em consideração estudos feitos por equipes qualificadas, elaborou seu Plano de Ação. Conforme o projeto, “o planejamento deve ser entendido como uma função eminentemente ativa, constituindo a melhor maneira de

tornar a ação do governo mais rápida, completa e adequada no solucionar os problemas da população a cujo serviço se encontra o Estado”.²

Durante o governo Carvalho Pinto foram criadas as seguintes escolas:

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca – nº 6.814 de 20/6/1962;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba – nº 2.633 de 20/1/1954;
- Faculdade de Odontologia de São José dos Campos – nº 2.631 de 20/1/1954; e
- Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu – nº 6.860 de 22/7/1962.

Durante o governo de Adhemar de Barros (1963-1966) foram criadas as faculdades de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, Lei nº 8.194, de 25/6/1964, e de Engenharia de Guaratinguetá, Lei nº 8.459, de 4/12/1964.

Os problemas enfrentados pelos outros governadores foram diferentes, uma vez que aquelas escolas, sendo criadas e iniciando seu funcionamento, necessitavam de constante apoio para sua efetiva consolidação. Além disso, passavam a enfrentar novos problemas decorrentes da ditadura militar, então vigente no país. É desse período a criação da Faculdade de Música Maestro

Julião, pela Lei nº 236 de 10/6/1974, no governo de Laudo Natel.

A criação dos Institutos Isolados. O papel das comunidades e dos políticos locais

Para as comunidades do interior a expectativa da existência de faculdades em sua cidade fundamentava-se na existência de uma clientela aspirante aos cursos superiores. A idéia do montante dessa clientela era dada pela constatação do número de escolas secundárias nas cidades, bem como pela capacidade de formar aspirantes aos cursos superiores. Além disso, tal clientela tornava-se visível por meio de suas manifestações nas ruas ou em artigos publicados nos jornais locais.

Na criação dos Institutos Isolados, os políticos locais, respaldados pelas comunidades dos municípios interessados, tiveram ação decisiva para a criação dessas escolas. Durante as campanhas eleitorais a criação de uma faculdade revestia-se de importância como fator de voto. Em sua campanha eleitoral, Adhemar de Barros prometeu a criação de faculdades em várias cidades do interior, como Guaratinguetá ou Franca. Nessa cidade, o deputado Onofre Sebastião Gousen empenhou-se na criação de uma Faculdade de Filosofia. Também Jânio Quadros, em sua campanha, prometeu a criação de uma

faculdade em Rio Claro. Em Presidente Prudente, os deputados, apoiados pelo eleitorado local, chegaram a disputar a proposta de criação de uma faculdade pública para a cidade. Outras vezes, os políticos locais procuravam uma solução para esse problema na criação de unidades universitárias municipais. Em São José do Rio Preto, os políticos locais cogitaram primeiro a criação de uma universidade municipal. Contudo, o que resultou de positivo foi uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, proposta pelo Decreto Municipal 249, de 25/8/1955, que logo contou com a aprovação do governo federal. Ao mesmo tempo os políticos locais, com o apoio de Aloísio Nunes Ferreira, iniciaram campanha pela criação de uma faculdade estadual, o que se conseguiu com a Lei nº 3.844, de 10/5/1957.

As manifestações aqui relatadas demonstram as expectativas que de diferentes maneiras cercaram a criação dos Institutos Isolados em várias cidades do interior do estado. As solicitações não atendidas continuavam a ser feitas e a cada oportunidade, sobretudo em períodos eleitorais, a questão voltava à baila. A instalação dessas escolas, no entanto, não foi tão tranquila. Com certa frequência, as propostas de criação de escolas superiores foram vistas como meros atos eleiçoeiros, sem merecimento de crédito. Pairavam dúvidas quanto às possibilidades de manutenção de

uma instituição de qualidade, assim como quanto às reais possibilidades do estado manter esse encargo. Outra suspeita freqüente relacionava-se à localidade a ser contemplada com a criação de uma faculdade, permanecendo desconfianças a respeito do acerto ou não da iniciativa. O problema não era apenas a criação, o que poderia ser proposto por uma lei, mas sim a implantação efetiva dessas escolas, a qual exigia grandes investimentos de infraestrutura.

Vozes discordantes na criação dos Institutos Isolados

Não houve unanimidade de opinião no movimento de expansão do ensino público superior pelo interior do estado. A campanha, que contou com o apoio de estudantes, políticos e moradores dos municípios, encontrou resistências entre aqueles que temiam a perda da qualidade do ensino. Sobre esse tema, Fernando de Azevedo, na condição de professor titular da USP, especialista em Educação, várias vezes emitiu opinião contrária à criação daquelas escolas. Por ocasião da conclusão de curso da primeira turma de estudantes da Faculdade de Filosofia de Rio Preto, ele foi convidado para paraninfar a turma. Com isso, os estudantes queriam demonstrar que, apesar das advertências do professor, a Faculdade de Rio Preto

havia conseguido formar seus alunos. Em sua fala como paraninfo, Fernando de Azevedo apresentou suas justificativas demonstrando as razões que o teriam levado àquelas críticas:

Opor-me à improvisação, à aventura política de tentativas e erros em matéria de tamanha gravidade, à proliferação de institutos dessa ordem, ao sabor de circunstâncias e ao capricho de influências eleitorais e pleitear uma política de expansão do ensino superior baseada em planejamentos racionais, não significava nem podia significar hostilidade a essas iniciativas.³

Foi na USP que as vozes discordantes se fizeram ouvir com maior intensidade. Os trabalhos preliminares, que precediam a instalação de uma faculdade, desenvolviam-se em ambientes diversificados, quer nos municípios interessados, pressionados pela vontade da comunidade local, quer nas discussões da Assembléia Legislativa, quer nos mais diversos espaços de manifestação pública. No entanto, essas manifestações nem sempre eram de apoio. Ao lado dos lugares políticos de disputa e discussão sobre a criação dessas escolas, outro fórum se formou onde essas questões foram debatidas – as congregações das faculdades integrantes da USP e seu próprio Conselho Universitário. Embora não fosse da competência direta desses órgãos interferir na criação dessas esco-

las, esse tema passou a interessar esses colegiados por várias razões. Primeiro, como integrantes da única universidade pública de São Paulo, julgavam-se de certa forma responsáveis pelos rumos da criação e difusão do conhecimento, pelo incentivo a seu crescimento e pelos cuidados com sua qualidade.

A oportunidade de discussão do problema originou-se na iniciativa do poder público em solicitar, com certa freqüência, a colaboração da universidade para assessorar aqueles projetos. Por isso mesmo, as propostas de incorporação, de estadualização e de criação de novas escolas deveriam ser acompanhadas de parecer de mérito, fornecido em geral pela USP. A razão de lhe ser atribuído o encargo de proceder a uma avaliação dessas novas escolas não residia tão-só no fato de ela ser a única universidade pública situada em São Paulo, mas também no prestígio por ela alcançado, devendo servir, na opinião das autoridades públicas, de padrão a ser seguido. Assim, os pedidos de ampliação de faculdades existentes no interior e de incorporação à USP deram oportunidade para que fosse aberta a discussão em torno da expansão do ensino público no interior do estado de São Paulo. De modo geral as manifestações eram contrárias à estadualização, à incorporação de escolas à USP ou à criação de Faculdades Isoladas. O argumento freqüentemente reiterado era

o de que a USP ainda não completara seus quadros e ainda se ressentia de infra-estrutura mais sólida.

A universidade debatia-se, ainda, na consolidação de sua estrutura definitiva enfrentando a resistência das chamadas três grandes faculdades – Direito, Medicina e Politécnica. (Não podemos esquecer que o ato de criação da USP reuniu escolas com longa tradição de autonomia.) Outra argumentação sustentada pela USP era a de que, para resolver o problema da carência de formação universitária aos jovens, a solução não estaria simplesmente na multiplicação de escolas e cursos sem a necessária qualificação. Nesse argumento os professores da USP encontraram nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* sua voz mais combativa. Em editorial de 7 de abril de 1960, “Abuso tem que acabar”, o jornal criticava a criação dessas escolas como atos demagógicos, sem critérios definidos, vindo causar sangria financeira ao erário sendo produto de manobras eleitoreiras.⁴ Os escritos de Paulo Duarte, na revista *Anhembi*, reforçava tais críticas.⁵

Nesse questionamento já se mostrava presente o debate (que teria maior amplitude) a respeito da conceituação de universidade e de seus objetivos, girando entre dois pólos – de um lado, a ênfase na formação de elites, com o aprimoramento da pesquisa “pura” e, de outro, a preocupação com a demo-

cratização da educação com a disseminação do ensino superior. Acrescenta-se a isso o cuidado com a formação profissional especializada. Em quaisquer casos, a qualidade do ensino e da pesquisa produzidos nesses institutos deveria ser preservada.

Em seguida, outro argumento seria acrescentado com a construção e a instalação da cidade universitária, que aumentava a exigência de investimentos de recursos do estado. Argumentava-se, ainda, com a falta de critérios claros e definidos nas propostas de criação daquelas escolas, com a ausência de um planejamento que fosse resultante de uma avaliação das reais necessidades do estado em matéria de educação pública e com a impossibilidade do poder público arcar, em matéria orçamentária, com os custos desses projetos. Outro argumento mais forte, embora não freqüentemente explícito, estava no entendimento da fragilidade de muitas das propostas apresentadas.

Em sua maior parte, as propostas de criação de escolas superiores deixavam transparecer não só a falta de visão, de compreensão do significado de uma instituição de ensino superior, suas exigências técnicas de implantação de infra-estrutura adequada mas, sobretudo, a incerteza de se poder contar com pessoal especializado para integrar os quadros docentes. Além disso, havia-se formado em torno da USP uma aura de

qualidade que, ao mesmo tempo que se respaldava na tradição de seus cursos, a colocava como vanguarda na produção do conhecimento no país. Para a manutenção desse estado de coisas, ou mesmo, para consolidá-lo de fato, a USP necessitava de investimentos continuados. Por essas razões, muitas vezes seus docentes sentiram-se ameaçados pelo surgimento de novas escolas, com as quais deveriam repartir os parcos recursos proporcionados pelo Estado; assim, havia o risco do desvirtuamento da qualidade do trabalho produzido, sem falar (é claro) na possibilidade de enfrentar o surgimento de concorrentes ou na percepção de autonomia de seus próprios discípulos diante da perspectiva de se afastarem da universidade de origem.

No decorrer do tempo, no entanto, a USP passou a sentir as limitações de sua própria organização. Com a democratização do ensino, com o aumento demográfico de São Paulo, com as freqüentes ampliações das solicitações de pessoal qualificado nas mais diversas profissões, constatou-se uma limitação extrema ao ingresso às suas faculdades. A difusão dos meios de informação, associada às necessidades próprias da época, tornou visível o problema do excedente. Aquelas mesmas necessidades passaram a chamar a atenção da sociedade para o crescente número de estudantes, qualificados a ingressar em uma faculdade,

mas barrados pela falta de vagas. Surgiram várias opções, como cursos noturnos e ampliação de salas, o que poderia significar aumento de investimentos, a ponto de se considerar que uma solução talvez pudesse ser a criação de cursos no interior, onde os prováveis candidatos poderiam ser atendidos. A criação das faculdades no interior passou a ser considerada inevitável e até mesmo uma solução para a USP.

Alojar excedentes, encontrar escolas para estudantes interessados em continuar o curso superior no interior do estado não significavam o afastamento do temor da perda da qualidade do ensino. Algumas formas de contornar o problema poderiam ser estudadas visando ao encontro de alternativas para uma diversificação desse nível de estudos. A solução talvez pudesse ser encontrada se a USP assumisse a orientação efetiva daquelas escolas, envolvendo-se em sua organização inicial e abrindo espaços de trabalho para jovens docentes, recém-formados por ela. Situação que, por sua vez, provocou ressentimentos locais – por que não poderiam ser empregados nesses cargos professores da cidade, portadores de diploma universitário? A questão não estava propriamente na existência ou não de pessoal com esse tipo de qualificação, mas na afinidade intelectual, resultante de uma mesma formação que pudesse garantir a continuidade do trabalho

que se iniciava. Não havendo concursos, a escolha do professor dependia da vontade do responsável pela disciplina.

As resistências iniciais aos poucos foram sendo atenuadas, à medida que profissionais da universidade foram chamados pelos governadores para administrar as novas escolas. As autoridades governamentais, sensíveis aos apelos da USP, ao nomear o grupo de diretores procedentes daquela Universidade, passavam a dividir com ela a responsabilidade sobre a condução das novas escolas. Além disso, a responsabilidade administrativa, de início centralizada na Casa Civil, passava a ser da competência da Secretaria de Educação escapando aos poucos da área de influência da USP, ainda que as autoridades integrantes dessa administração fossem dela procedentes. Com a criação do Conselho Estadual de Educação (CEE), em 1963, o tratamento da questão relativa aos Institutos Isolados passou a ter um local apropriado. Ainda assim, mantinha-se a ascendência da USP, uma vez que aquele colegiado contava em sua composição com forte contingente uspiiano.

Uma exceção talvez mereça ser lembrada como atenuante à presença da USP na criação e implantação dos Institutos Isolados, que foi a criação da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá. Apesar de não escapar totalmente dessa influência, esta Faculdade

esteve muito mais próxima do Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA), de onde procederam seus primeiros professores.

Desde sua criação, o CEE desempenhou funções específicas na implantação e no funcionamento daquelas escolas. Os integrantes do CEE, embora não respondessem pela Universidade, eram, em sua maioria, provenientes dela e traduziam, no Conselho, um posicionamento com os sinais evidentes da USP. Assim, já em suas primeiras reuniões, o CEE expressava aquela maneira de pensar, ao situar os Institutos Isolados como tema que deveria merecer atenções especiais.

O conselheiro Henrique Liberali que diz sentir-se obrigado a tratar de assunto de extrema urgência, qual seja, o crucial problema da instalação dos Institutos Isolados do Ensino Superior. A propagação desordenada das faculdades do ensino superior, a atomização dos Institutos Isolados que está levando ao caos o ensino oficial estadual: dezenas e dezenas de faculdades criadas pela Assembleia Legislativa em cidades do interior, sendo que muitas cidades já não se contentam com uma faculdade, querem agora toda uma universidade. Tratando-se de assunto urgentíssimo, declara, merece ele uma decisão, ainda que provisória, pelo que propõe seja designada uma comissão a elaborar, em regime de urgência, um plano de estruturação do sistema de Institutos Isolados de Ensino Superior mantidas pelo Estado, visando sobretudo

*a imediata aplicação das alíneas VI e XXVII do art. 4 da Lei 7940 de 7/6/1963. Designados conselheiros C. H. Liberalli, Theodoro Souto e Laerte Ramos de Carvalho para integrarem a referida comissão.*⁶

Talvez tenha sido nessa ocasião que se falou, pela primeira vez, em integrar os Institutos Isolados a uma universidade. O que foi discutido no CEE foi a criação de universidades regionais.

A implantação de uma organização para o funcionamento dos Institutos Isolados. A escolha dos primeiros diretores e professores.

Levando-se em conta que os Institutos Isolados eram uma realidade e, apesar das resistências, que as escolas estavam criadas, docentes da USP julgaram prudente assumir sua condução. Não foi propriamente uma iniciativa da Universidade, mas uma ação direcionada pelo então governador Jânio Quadros, que, ao autorizar o funcionamento das faculdades de filosofia, destacou três princípios fundamentais: a) buscar, com novos recursos materiais e humanos, alto nível de ensino e linha francamente renovadora de métodos docentes e de produção científica; b) cooperar com o governo federal em sua campanha de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior (seria preciso lembrar que o governo federal havia

instituído a Campanha Nacional para Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que constituiria a Capes); e c) atender às exigências culturais de importante zona interiorana.⁷

Para dirigir essas escolas foram chamados docentes devidamente credenciados, portadores de títulos acadêmicos, qualificados para o desempenho das tarefas propostas. Além do mais, o governador, ao conferir aos diretores a tarefa de organizar o quadro de professores, propunha o “aliciamento dos docentes qualificados onde eles estiverem, em São Paulo, no Rio, em Belo Horizonte ou no estrangeiro” provendo “suplementação das verbas inicialmente propostas na medida das necessidades”.⁸

O quadro dos primeiros diretores então nomeados (1957-1962) dos Institutos Isolados mostra:

- Araçatuba – prof. dr. Carlos Aldrovandi, procedente da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP;
- Assis – prof. dr. Antonio Soares Amora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP;
- Araraquara – Faculdade de Farmácia e Odontologia – prof. dr. Demóstenes Orsini, da Faculdade de Medicina da USP;
- Araraquara – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – prof. dr. Paulo Fonseca da Politécnica, USP;
- Botucatu – prof. dr. João Alves Meira,

- da Faculdade de Medicina da USP;
- Marília – prof. dr. José Querino Ribeiro, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, posteriormente, prof. dr. Michel Pedro Sawaya, da USP;
- Presidente Prudente – prof. dr. Joaquim Alfredo da Fonseca, da Faculdade de Filosofia São Bento, da PUC-SP;
- Rio Claro – prof. dr. João Dias da Silveira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; e
- Rio Preto – prof. dr. Raphael Grisi da USP.

Em sua maioria provinham da USP, sendo exceção a indicação do professor Joaquim Alfredo da Fonseca, para a Faculdade de Presidente Prudente, conforme explica Borges Pereira. Em razão da crise em curso entre o governador Jânio Quadros e a USP, aquele nomeou, para dirigir o Instituto recém-criado, um professor da PUC.⁹

Uma vez aprovada a criação da escola e realizada sua implantação, tinha início o trabalho de instalação, com a escolha do local, de sua infra-estrutura, da organização do corpo docente e do corpo técnico-administrativo. Para isso, a figura do diretor era fundamental. Designado pelo governador para atuar segundo os parâmetros citados, estava consciente das dificuldades que encontraria. Os docentes indicados não desconheciam a opinião da USP a respeito das novas escolas, posição que eles mes-

mos talvez adotassem.. Daí a relutância de muitos em aceitar essa incumbência. Além disso, a instituição que iriam montar já vinha marcada por um comprometimento com entidades locais que lhes haviam dado apoio em sua origem. Surgia, portanto, como primeira tarefa, o desenvolvimento de uma ação diplomática: o estabelecimento de boas relações entre diretor e autores do projeto de criação da escola. Para isso não bastavam as qualidades mencionadas relativas ao bom desempenho acadêmico. O sucesso da implantação da escola exigia, em sua direção, pessoal com qualificações especiais para o estabelecimento daquelas relações e portador de sensibilidade em condições de atender ao apelo do governador e às expectativas da comunidade.

Outras qualidades necessárias seriam reveladas no decorrer de sua ação. As faculdades isoladas, não integradas a uma universidade, não tinham, por exemplo, um Conselho Universitário, onde os problemas coletivos pudessem ser debatidos ou que propiciassem decisões conjuntas. Não havia uma reitoria à qual pudessem ser encaminhadas as solicitações ou de onde se poderia esperar apoio para suas iniciativas. Apesar disso, pode-se considerar que havia mais liberdade de ação. Os assuntos das unidades deveriam ser discutidos diretamente com o governador, o que significava que muito da vida dessas

faculdades seria resolvido nessa instância. As soluções de seus problemas dependiam da iniciativa de seus diretores e do bom relacionamento deles com o governador, do grau de inventividade desse diretor, de sua capacidade para angariar recursos para a realização de seus projetos, em uma situação de competição entre elas próprias, entre elas e a USP e entre elas e a comunidade local.

Sem o respaldo de setores de apoio ou de uma ação efetiva de órgãos colegiados, o diretor, assessorado por seu secretário, que lhe assistia na unidade, enfrentava as atribuições da burocracia que precedia o acesso às autoridades governamentais. Por conseguinte, criou-se um sistema individualizado para a administração de cada unidade universitária, o que permaneceu e se consolidou com o tempo, constituindo-se um dos sérios problemas dessas faculdades ao serem integradas a uma universidade. A atitude personalista da administração, que residia na ação desenvolvida pelo diretor perante os órgãos superiores do governo, levou à necessidade de um deslocamento freqüente à capital. Alguns acabaram até adotando o sistema de manter na capital um escritório para os serviços burocráticos.

O primeiro nomeado pelo governador (embora não se tratasse de uma escola recém-criada mas, antes, de uma que passou pelo processo de estadualização)

foi o diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, prof. Demóstenes Orsini, catedrático da Faculdade de Medicina da USP. A estadualização havia levado o governador a nomear como diretor um docente que não pertencia aos quadros locais o que, a princípio, provocou constrangimentos logo resolvidos graças à habilidade do novo diretor. A escolha de um nome procedente de uma Faculdade de Medicina foi justificada por uma situação de neutralidade de modo a não criar problema entre as áreas de Farmácia e Odontologia.

Uma das tarefas primordiais dos diretores era a organização do corpo docente, cuja indicação seria de sua responsabilidade. Para a contratação de pessoal docente, os primeiros deles recorreram a vários procedimentos, realizando consultas não só entre professores e pesquisadores no país, mas também no exterior. O prof. João Dias da Silveira fez várias viagens para a realização de contatos com prováveis docentes, atuando em representações diplomáticas estrangeiras com a finalidade de obter informações a respeito da vinda de professores de outros países.¹⁰ A fim de se atingir a meta proposta pelo governador, ele sugeria a implantação do tempo integral com a permanência do docente na faculdade. O tempo integral seria necessário ao docente para que tivesse tempo para a

atualização de seus conhecimentos e o desenvolvimento de suas pesquisas. Ao mesmo tempo, era importante para assegurar a formação de um ambiente de cooperação intelectual entre os docentes, bem como entre estes e os estudantes em atividades extraclasse. Essa forma de trabalho impunha a presença do professor.

O prof. Antonio Soares Amora, primeiro diretor da Faculdade de Assis, com base em sua experiência no Brasil e no exterior, defendia que a tarefa do diretor precisava seguir um planejamento adequado. Para isso, elaborou um plano de ação a ser desenvolvido naquela faculdade tendo por objetivo o alcance de um perfil definido:

Eu achei que Assis devia ser uma Faculdade de Letras e como foi criada a Universidade de São Paulo, quer dizer, para gerar saber. Era preciso que em francês se produzisse em Assis um produto tão bom quanto se podia produzir em qualquer centro de estudos franceses. Era necessário produzir em literatura brasileira qualquer coisa tão boa quanto se podia produzir, digamos, talvez, em São Paulo, porque a coisa estava um pouco crítica em São Paulo, e por isso levei o Antonio Candido para Brasileira. E depois levei o Jorge de Sena para a Literatura Portuguesa O projeto foi feito em São Paulo. Ele saiu pronto e foi posto no chão pronto, foi todo preparado aqui na USP. Até a lista dos livros, dos pacotes, os caixotes, os impressos, foi tudo prontinho.¹¹

A preocupação dos diretores com a formação do corpo docente não estava restrita aos momentos iniciais da criação da escola. Houve uma prática mais ou menos generalizada, um tipo de compromisso assumido pelos primeiros professores de permanência no campus para assegurar a implantação dos projetos iniciais. Depois disso haveria a necessidade de compor novos quadros, sem que se perdesse de vista o padrão a se conservar. Haveria algum tempo ainda a ser percorrido antes que aquelas faculdades pudessem compor seus próprios quadros. Algumas unidades chegaram a contar com a colaboração de professores estrangeiros, como foi o caso de Marília, onde se formou um grupo de professores procedentes do Fonds National de la Recherche Scientifique (FNRS) da Bélgica.¹²

Na mesma linha do que se considerou para a Faculdade de Assis, a criação da de Medicina de Botucatu resultou de um projeto, largamente estudado, resultante de um planejamento no qual já se esboçava um desejo de universidade:

Não foi o bom senso que levou à criação da FCMBB; foi a garra de alguns botucatuenses que viram na criação de uma “Faculdade de Medicina” a salvação de sua cidade que estava estagnada. Souberam eles aproveitar o momento de uma eleição difícil e Botucatu ganhou sua faculdade. O governo perdeu a eleição. Por sorte, era então reitor da USP um

homem de visão, um homem de bom senso, o professor Ulhoa Cintra; em face da pressão política usou a oportunidade para criar, não uma Faculdade de Medicina, mas o núcleo de uma universidade dedicada às Ciências da Saúde. Esta era uma idéia proposta pelo Plano de Ação do governo Carvalho Pinto como política a ser seguida na criação de novos cursos superiores no interior. Para estabelecer as diretrizes desse núcleo, escolheu um Conselho Deliberativo, de que participavam professores universitários com larga experiência nas áreas de conhecimento que seriam o objeto dos cursos propostos. Eram eles os professores: Adamastor Correa, Euclýdes Onofre Martins, João Alves Meira e Mário Guimarães Ferri, respectivamente, diretores das Faculdades de Odontologia, Veterinária, Medicina e Filosofia da USP, e o professor Jayro Ramos, fundador da Escola Paulista de Medicina e eu era seu assessor.¹³

Muitos professores que comporiam o corpo docente dos Institutos Isolados eram recém-formados e iniciaram sua carreira nessas escolas onde a vida acadêmica possibilitou a formação de grupos que posteriormente adquiriram notoriedade:

O Fernando (Altenfelder) conseguiu trazer para cá um conjunto de docentes de altíssimo nível ... como Paul Singer e sua equipe: Paulo Sandroni, Alfredo Henrique Costa Filho, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Beatriz Muniz de Souza, Carmem Junqueira. Esse cur-

so teve ainda Sedi Hirano entre os professores iniciais, eram meus professores neste curso e outros certamente que eu deixei de mencionar, de grande importância. Então quando digo hoje para meus alunos que eu tive essa equipe de docentes, eles dizem: “Mas você foi privilegiada”. E eu sei que fui, Rio Claro foi privilegiado neste momento por ter um curso tão bom, de altíssimo nível.¹⁴

Em muitas cidades do interior, contempladas com uma faculdade pública, as chamadas elites culturais locais eram formadas, em sua maioria, por professores de escolas normais ou ginásios, em geral professores concursados que desfrutavam, em sua cidade, de grande reconhecimento como autoridades no campo do ensino. Quando foram criadas as faculdades, muitas vezes, a comunidade local chegou a considerar esses profissionais futuros ocupantes dos cargos docentes naquelas escolas chegando, muitas vezes, a gerar constrangimentos. Em outras situações, no entanto, e de forma mais rara, os próprios diretores procuraram se valer da existência de docentes devidamente credenciados, residentes na localidade da instalação da faculdade, para compor os quadros docentes.

A organização do corpo técnico administrativo

A estrutura administrativa inicial era

bastante simples, adquirindo complexidade maior à medida que as escolas se consolidavam. A figura de maior expressão abaixo do diretor era a do secretário. Na maior parte das vezes, a criação da faculdade, seguida da nomeação do diretor, era acompanhada pela nomeação do secretário, responsável pelo acompanhamento das tarefas burocráticas desde o início dos trabalhos. Geralmente, era pessoa da confiança do diretor e, algumas vezes, este se fazia acompanhar por esse funcionário que deveria ter passado por instituição semelhante. Não só o secretário deveria ter conhecimento das normas, como também deveria ter autoridade suficiente a ponto de, muitas vezes, substituir o diretor em sua ausência. Nos primeiros tempos, a dependência das ligações com as autoridades centrais obrigava com frequência o diretor a se ausentar de sua unidade, ficando o secretário com a responsabilidade de substituí-lo. Além disso, era necessário ao secretário ter habilidades especiais como verdadeiro diplomata para garantir bom relacionamento da instituição com as autoridades locais. Essa responsabilidade via-se acrescida, uma vez que o secretário era incumbido de tarefas, principalmente na ausência do diretor, o que ocorreu com certa frequência. Precisava, ainda, manter contato com estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo.

Em Rio Claro, a organização do setor

administrativo se fez por intermédio da contratação do secretário Martin Fernandes Bueno Mesquita, morador antigo da cidade que havia sido aluno do prof. João Dias da Silveira no curso de Geografia e História da USP. Além disso, outras relações familiares teriam contribuído para essa indicação. Martin Mesquita, pelos conhecimentos que tinha na região, teria condições de estabelecer os contatos necessários para a implementação da estrutura administrativa da nova Faculdade.¹⁵

Outra forma freqüente de contratação era pela mediação de políticos locais. Na organização administrativa inicial dessas escolas, seus diretores receberam pressão de vários grupos pela ação dos políticos locais, ao adotar certo apadrinhamento dessas escolas, à espera de reconhecimento da academia. Para aqueles diretores, encarregados de realizar as tarefas propostas, era sabido que, para o cumprimento efetivo das recomendações oficiais, precisariam contar não apenas com forte apoio do governo estadual para garantir as contratações e a manutenção de um corpo docente e técnico-administrativo, mas também com as autoridades municipais, com as quais pudessem resolver questões, como as de local para as escolas, pelo menos até que se efetuassem as construções. Como estranho à cidade, uma vez que na maior parte das vezes procedia

de outra localidade, o diretor deveria ter alguns cuidados, procurando não entrar em choque com a comunidade local; estava convencido também de que a composição do corpo docente seria uma prerrogativa sua e fundada em um projeto, do qual era autor.

Alguns diretores trouxeram seus próprios funcionários: por exemplo, em Assis o prof. Amora contou com o Prof. José Ferreira Carrato para auxiliá-lo na administração. Em Marília, o prof. Michel Pedro Sawaya solicitou a contratação do senhor Manoel Carlos Vieira, como auxiliar administrativo, com larga experiência de trabalho na administração, contando com a possibilidade de ocupar, posteriormente, o cargo de secretário.

A atuação dos primeiros diretores teve importância fundamental no estabelecimento do perfil daquelas escolas. O tipo de administração que se inaugurava adquiriu feição especial uma vez que, como foi acentuado, ao diretor era conferida ampla autoridade. Ele era, fundamentalmente, a autoridade local que dialogava de forma direta com o governador. Criou-se assim um tipo de administração tendente à centralização, embora com relativo grau de autonomia, representada pela ação das congregações e dos diretores. A decisão última localizava-se fora, a princípio era do governador, depois de entidades como o Conselho Estadual de Educação (1963), a Coordenação de Administração

do Sistema de Ensino Superior do Estado de São Paulo (1967) – Cases –, até que se chegasse, em 1969, à Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesesp), na Secretaria da Educação. A Cesesp passou a ser o órgão responsável pela administração geral dos Institutos Isolados. Ponto de reunião de diretores, tal coordenadoria representou, do ponto de vista administrativo, a instituição que precedeu a reitoria e seu coordenador, o reitor.

Os Institutos Isolados como produtores do saber. As possibilidades de desenvolvimento de projetos de pesquisa

As recomendações do governador Jânio Quadros, no ato de criação de algumas dessas faculdades, eram de que fossem estruturadas em alto nível e em linhas renovadoras. Para o cumprimento dessas finalidades, não deveriam ser medidos esforços. Seria preciso considerar, no entanto, que aquelas escolas, em sua maior parte, estavam sendo criadas do nada. De certa maneira, isso poderia ser visto como um dado positivo, uma vez que os autores do projeto poderiam desfrutar de total liberdade de criar, sem ter de fazer concessões ou adaptações. A presença de um núcleo prévio poderia significar tanto a existência de apoio inicial quanto problemas a resolver. Foram três as unidades nessas

condições, sendo procedentes de faculdades já organizadas ou em vias de organização: a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Preto e o Instituto de Artes do Planalto. A existência de um Colégio Agrícola, em Jaboticabal, foi também de grande importância, como apoio, para o funcionamento da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal.

No cumprimento das funções acadêmicas, os Institutos Isolados iniciaram seu funcionamento em condições diferenciadas, nem sempre muito favoráveis. Nos depoimentos coletados e na documentação informativa a respeito dos primeiros momentos, percebe-se uma tônica mais acentuada no desenvolvimento da atividade de ensino. Embora em alguns deles já se pudesse notar o interesse pela pesquisa, o fundamental era contribuir para a formação de pessoal especializado em determinadas áreas. Para as faculdades de filosofia, o objetivo mais geral seria o da formação do professor para atender ao magistério secundário. Havia, no entanto, a preocupação de criar um profissional dotado de possibilidades criativas. O que se esperava, basicamente, era poder contar com um profissional bem informado, atualizado com capacidade crítica e preparado para uma ação inovadora e criativa. Para isso, na composição do corpo docente, houve o cuidado

de selecionar profissionais portadores daquelas qualidades e em condições de transmiti-las. Havia ainda a preocupação em contar com uma infra-estrutura em condições de propiciar essa capacitação. Daí a primeira diferenciação entre as várias áreas do conhecimento. Para esse tipo de ensino e para as áreas de Humanidades, Letras e Artes, havia a possibilidade de, em um espaço de tempo determinado, atender aos objetivos esperados. Seria o tempo necessário para compor os quadros docentes e equipar as escolas com a infra-estrutura desejada – organizar bibliotecas e implementar um acervo documental que oferecesse condições à pesquisa, ainda que incipiente. Não se podia perder de vista que fora desencadeado um processo: o docente ingressante, não portador de títulos, deveria realizar sua carreira acadêmica. Para isso, a unidade precisava preparar-se.

Além disso, não se tratava apenas da formação do corpo docente ou da organização de laboratórios. Era necessária uma vivência, a preceder o trabalho científico, que só o tempo poderia propiciar. Para a Faculdade de Medicina de Botucatu, o trabalho inicial de construção das primeiras estruturas de trabalho foi árduo, como comentou o prof. Azevedo Corrêa:

A Faculdade não tinha infra-estrutura nenhuma na verdade, só tinha o prédio. E a

gente foi para lá, todos nós, acho que todos os que foram no início foram assim, realmente, de grande abnegação, no sentido de preparar tudo, fazer desde móveis de caixotes e caixas etc., conseguir por empréstimo material daqui, dali, era realmente uma fase muito heróica; o que, evidentemente, dava um entusiasmo ainda maior, porque éramos jovens, relativamente jovens. Tinha, na ocasião, 33 anos. Então havia esse entusiasmo e os próprios alunos tinham também um entusiasmo muito grande, por isso havia uma co-participação muito intensa.¹⁶

Da mesma forma, era preciso tempo para a capacitação técnica de um profissional, sendo para isso indispensável a existência de equipamento adequado. Professores fundadores assistiram com emoção à formação de seus primeiros laboratórios e à chegada dos primeiros equipamentos.¹⁷ Para a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, os professores Darwin Bassi, Marco Antonio Guglielmo Cecchini e Jessen Vidal nararam as dificuldades iniciais tanto por falta de espaços adequados quanto de equipamentos para a ministração de suas aulas práticas o que, no entanto, faziam com a maior disposição, mesmo em horários noturnos ou aos sábados.¹⁸

Para a área de Humanas, o equivalente seria a montagem de uma biblioteca especializada. Não que para as outras áreas uma biblioteca fosse fator secundário. Mas, no caso das Faculdades de

Filosofia, a biblioteca especializada era recurso indispensável, sendo nos momentos iniciais reforçada pelas bibliotecas particulares dos docentes.

Em seu formato inicial, essas escolas chegaram a mesclar as estruturas da velha ordem, ameaçadas de superação como a cátedra, por exemplo, com o novo modelo, de influência norte-americana – o departamento. Este, que nos termos do estatuto seria a unidade menor da instituição (seu núcleo fundamental) aparece, no entanto, nos relatos mais como um local de encontro ou uma entidade burocrática congregando professores de um mesmo curso ou área. Não se percebe, com frequência, a idéia de uma ação coletiva, de um trabalho conjunto do qual pudesse resultar a troca de experiências. Apesar de toda aproximação e afinidade, a produção acadêmica, na maioria das vezes, aparece como resultado de trabalho individual.

Ainda assim, mesmo em se tratando de pesquisas individuais, houve a possibilidade de se reunir em um local grupos dotados de interesses muito próximos, o que teria possibilitado a criação de um ambiente propício a pesquisas de caráter coletivo. Paul Singer mostra como, por ocasião da criação do Cebrap, muito tempo depois de sua experiência em Rio Claro, pôde encontrar nessa nova instituição antigos companheiros daquele Instituto Isolado.

Nós criamos o Cebrap em 1969 e quando, pelo AIS, alguns de nós, inclusive eu, fomos aposentados da USP, nessa ocasião se reconstituiu parcialmente, pelo menos, o grupo de professores, de São Paulo, que lecionavam em Rio Claro; então o Cândido Procópio Ferreira de Camargo assumiu a presidência do Cebrap, por muitos anos, eu fui economista do Cebrap, a Beatriz Muniz de Souza trabalhou no Cebrap bastante tempo, a Renata, a Rafaelli. Enfim, várias pessoas, que trabalhamos juntos em Rio Claro, voltamos a trabalhar juntos novamente no Cebrap. Quer dizer, isso consolida uma relação que já vinha de antes, mas foi, digamos, se constituindo no coleguismo em Rio Claro e depois no Cebrap.¹⁹

A instituição do tempo integral seria um apoio para uma convivência acadêmica que talvez pudesse ser incentivadora de trabalhos coletivos, o que não chegou a se constituir como regra geral. Para as primeiras turmas da Faculdade de Filosofia de Assis houve, ainda, a possibilidade de aproveitamento de professores de escolas primárias, concursados, os quais eram comissionados pela Faculdade para a realização de seu curso superior. Esses cursos puderam, assim, dispor de um tipo de estudante que, embora não fosse bolsista, desfrutava de uma situação semelhante, estando totalmente disponível para a realização de seus trabalhos.

Cada uma dessas escolas, à sua maneira, foi aos poucos se consolidando,

criando sua própria identidade, estabelecendo relações com seus pares, no Brasil e no exterior, bem como convênios, gerando seus primeiros frutos. Apesar dos percalços e das dificuldades enfrentados, elas chegaram a alcançar certo grau de reconhecimento em suas especialidades. A metodologia estabelecida em Assis produziu reconhecimento entre os profissionais da área de Letras a ponto de a Faculdade ser escolhida para sediar o Segundo Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, em 1961. A disponibilidade para encontrar profissionais da mesma área permitiu que em Marília, por exemplo, os professores de Letras chegassem a organizar uma associação, pioneira no campo da lingüística: o Grupo de Estudos Lingüísticos (GEL) do Estado de São Paulo. Os estudos para a formação dessa entidade tiveram início em 1961 e ela se consolidou em 1969, ano de sua fundação. Ainda em Marília houve a possibilidade de se promover importante encontro de profissionais do ensino de História, do qual resultou a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), em 1961. Em 1960, a Faculdade de Filosofia de Araraquara recebeu a visita de intelectuais como Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, registros que mostram a qualidade das instituições que se haviam consolidado no interior paulista.

Para o prof. José Aluysio Reis Andrade

o trabalho desenvolvido pelos docentes das faculdades do interior tinha uma ação de extensão importante:

O fim da década de 1950 e durante todo o período dos anos 60 houve uma arregimentação, uma atividade política de esquerda muito significativa que acabou traduzindo o que todo mundo conhece. A gente sofreu bastante, havia um comprometimento com movimentos políticos locais, com movimento de alfabetização de adulto no sistema Paulo Freire, que estava começando, havia participação de professores em movimentos sindicais na cidade, no campo ... provocando uma distância maior entre o pessoal da cidade e esses estratos conservadores da cidade...²⁰

Na Faculdade de Rio Preto houve também o desenvolvimento de intensa ação cultural, cuja repercussão foi sentida em várias localidades do estado. Docentes e estudantes foram responsáveis pela criação de um movimento cultural muito de acordo com o momento na linha dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE), criando uma entidade conhecida como Grupo Artístico de Teatro Amador (Gruta). A atuação dos professores de Rio Preto, relatada pelo prof. Reis de Andrade, provocou forte reação, levando alguns docentes à perda do cargo e outros à prisão. Alguns conseguiram se transferir para outras escolas. A maior parte, no entanto, sofreu o estig-

ma dessa perseguição. Nesse momento, a direção da Faculdade foi assumida por um juiz de direito da localidade.²¹

Problema semelhante ao de São José do Rio Preto ocorreu, na mesma ocasião, embora com reação menos violenta, em Marília, quando dois professores da Faculdade de Filosofia dessa cidade que trabalhavam com o método de alfabetização de Paulo Freire foram acusados de subversivos, sendo perseguidos e presos.

Problemas enfrentados pelos Institutos Isolados

As faculdades que integrariam o Sistema Isolado de Ensino Superior do Estado de São Paulo sofreram as dificuldades iniciais de instalação. Além das questões propriamente burocráticas, as dificuldades já relatadas de aceitação pela comunidade acadêmica de então, de criação de infra-estrutura adequada – da construção de edifícios condizentes com o objetivo daquelas escolas até a de laboratórios e bibliotecas especializadas – além dos problemas relativos à formação acadêmica do pessoal docente. Nesse particular, é preciso lembrar a oportuna criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em 1962, que muito contribuiu para o solucionar.

Um dos problemas constantemente lembrados na trajetória dos Institutos

Isolados foi o das distâncias, levando-se em conta sua distribuição por um área muito ampla, sobretudo se considerarmos a precariedade das comunicações nos primeiros anos. Tal questão, na realidade, envolve uma série mais complexa de situações: o estabelecimento de contatos acadêmicos no cumprimento das tarefas próprias das unidades e no exercício da administração, e mesmo a necessidade de contato com outras entidades localizadas em grandes centros. Apesar disso, o que é possível apontar como dificuldade pode se mostrar como uma tentativa de resolver a forte carência de oportunidades de formação para as populações estudantis do interior paulista. Afinal, as distâncias e a precariedade da circulação da informação não impediram que tais unidades se desenvolvessem, chegando a níveis de excelência na qualificação acadêmica.

A expectativa de melhor qualificação para os Institutos Isolados levou muitas unidades a externarem suas dificuldades com o objetivo de procurar saná-las. Caso ilustrativo foi o de Botucatu com a chamada “operação andarilho” que, em abril de 1967, levou estudantes e professores a irem, em parte a pé e em parte de ônibus ou de carro, de Botucatu até São Paulo, fazendo passeata nas cidades do percurso e acampando, enfim, na capital. Os estudantes buscavam soluções para os problemas de infra-estrutura, para a fixação de um quadro

docente permanente, assim como para a residência médica e a ampliação do número de vagas. A operação ganhou visibilidade com as manifestações da imprensa e encontrou eco na movimentação já iniciada na cidade de São Paulo pelos estudantes inconformados com o problema dos excedentes.

Outro acontecimento importante para os Institutos Isolados foi a realização, em agosto de 1968, dos Fóruns de Debates propostos pelo governador Abreu Sodré com a finalidade de levantar os problemas do ensino superior público do estado de São Paulo. As discussões relativas aos fóruns foram realizadas no interior das unidades universitárias onde se discutiu o Código Estadual de Educação e a Lei 10.152/68 sobre a criação de autarquias. No entanto, essas discussões levaram a uma aproximação entre as faculdades na busca de soluções para problemas comuns e permitiram a projeção de lideranças que tiveram atuação importante na formação de uma primeira associação de docentes, precursora da Adunesp.

Outro aspecto que deve ser lembrado é que os Institutos Isolados foram criados em um momento de grande expectativa e, mesmo, de certa euforia que chegou a incentivar pesquisas em várias áreas. Para as Humanidades, em especial, houve grande incentivo para os estudos de Ciências Sociais, coincidindo com acontecimentos marcantes,

como a Revolução Cubana, o movimento estudantil de 1968, as questões resultantes da rebeldia contra a Guerra do Vietnã, o interesse pelos estudos do marxismo e os desafios provocados pela Guerra Fria. Por isso mesmo, o golpe de 1964 teve uma ação negativa marcante nessas unidades, sobretudo nas relações com as comunidades, extremamente conservadoras, e para as quais as inovações pretendidas por intelectuais poderiam comprometer o estado de coisas vigente. A ditadura militar resultante do golpe foi duramente sentida pelos Institutos Isolados, em particular pelas faculdades de Filosofia. A estrutura isolada tornou essas escolas muito frágeis, sem o conforto de uma tradição Universitária respeitada. Daí terem sofrido impositões resultantes de posicionamentos discricionários. O mais evidente foi a imposição de licenciaturas curtas para as faculdades de Filosofia. A própria criação da universidade, que poderia ser vista como a coroação dos esforços criativos dos Institutos Isolados, resultou de uma imposição, característica do período, afastando-se qualquer participação mais democrática.

Anotações finais

As dificuldades aqui apontadas sobre os Institutos Isolados não constituíram problema restrito de seus integrantes, mas, desde os momentos

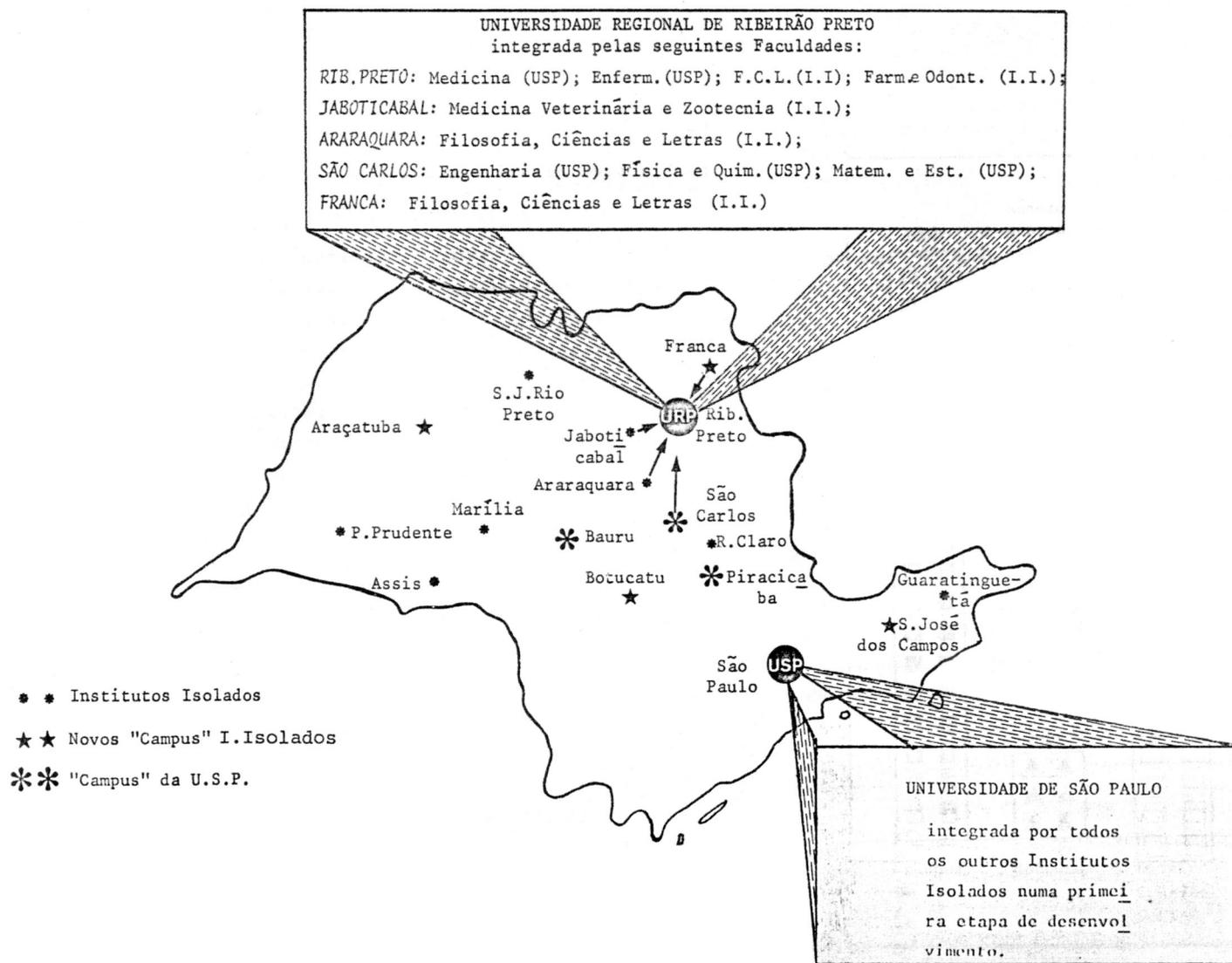
iniciais, foram motivo de preocupação para as autoridades responsáveis por sua administração. Uma das alegações era a de que os Institutos não estavam unidos por uma universidade. Mas a maior talvez fosse a forma de gerenciamento em virtude da dispersão, da diversificação de áreas e da falta de integração entre eles. Daí o surgimento de várias propostas de aglutinação das escolas em uma administração centralizada, desde a criação do Conselho Estadual de Educação.

Nessa tentativa de aglutinar os Institutos Isolados é criada, em 1969, a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesesp) que, de certa maneira, seria o embrião da futura universidade. A Cesesp surgiu como tentativa de padronização administrativa e de centralização de poder, revelando o problema crucial para uma futura universidade – centralização excessiva para unidades diversificadas e dispersas. Projetava-se o esboço de uma universidade, restando definir sua identidade e sua composição, cuja autenticidade só poderia resultar de uma ação democrática procedente da própria comunidade.

Notas

1. Escolas Superiores e Universidades para os estudantes de São Paulo. *Administração Paulista*. São Paulo, v. XIII, jan./jun., 1967, p.99.
2. Estado de São Paulo. Governo Carvalho Pinto. *Plano de Ação. 1959-1963*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959, p.15.
3. *Discurso de Fernando Azevedo*. São José do Rio Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, março de 1961.
4. Abuso tem que acabar. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 abr., 1960, p.3.
5. DUARTE, Paulo. Situação do ensino no Brasil. *Anhembi*. São Paulo, abril de 1953, ano III, 10(29).
6. Estado de São Paulo. Conselho Estadual de Educação (CEE). Ata nº 2, 12/8/63.
7. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. *Folder* de divulgação.
8. RIBEIRO, José Querino O. Relatório ao Exmo. Sr. Governador. Marília, 20/9/1957, in: *Anais*. Marília. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1989, v.1, p.9.
9. Centro de Documentação e Memória (Cedem). Arquivo de História Oral (AHO). Entr. nº161, professor João Batista Borges Pereira. São Paulo, 18/6/1997.
10. SILVEIRA, João Dias da – Relatório ao Exmo. Governador Jânio Quadros. Rio Claro, 24/9/1957. in: BUSCHINELLI, Antonio. Subsídios para a História do Ensino Superior Oficial em Rio Claro. Rio Claro, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1988, p.16.
11. CEDEM. AHO, Entr. nº 45, professor Antonio Augusto Soares Amora. São Paulo, 30/1/1992.
12. CEDEM. AHO, Entr. nº 09, professor Eddy Stols, São Paulo, 21/8/1992.
13. Faculdade de Medicina de Botucatu. UNESP. 1963–1988. *Botucatu. Faculdade de Medicina. Edição comemorativa dos 25 anos de sua fundação*. 1988, p.23
14. CEDEM. AHO, Entr. nº121, professora Maria de Lourdes Scarfon. Rio Claro, 1º/5/1992.
15. CEDEM.AHO, Entr. nº130, secretário Martin Fernandes Bueno Mesquita. Rio Claro, 28/5/1994.

16. CEDEM. AHO, Entr. nº114, professor Fernando Azevedo Corrêa. São Paulo, 22/9/1993.
17. CEDEM. AHO, Entr. nº158, professora Edy de Lello Montenegro. Botucatu, 2/7/1988.
18. CEDEM. AHO, Entr. nº 19, 20 e 21. Professores Darwin Bassi, Marco Antonio Guglielmo Cecchini e Jessen Vidal. São Paulo, 6/8/2001.
19. CEDEM. AHO, Entr. nº123, professor Paul Singer. São Paulo, 18/5/1994.
20. CEDEM. AHO, Entr. nº146, professor José Aluisio de Andrade. São Paulo, 28/1/1992.
21. Governo do Estado de São Paulo. Conselho Estadual de Educação. Processos 1302 – 1308/1964, 16/7/1964. Confidencial, Câmara de Ensino Superior. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.



Estudos que antecederam a criação da Unesp.
 Incorporação dos Institutos a Universidades
 (opção 1).

Fonte: Institutos Isolados de Ensino Superior do
 Estado de São Paulo, diagnóstico e sugestões,
 Ceesp, 1975.